

O Holodomor no Ensino de História sobre Totalitarismo

Mauricio da Silva Lima¹

Paulo Julião da Silva²

Resumo

Este artigo apresenta a discussão de como o Holodomor, um caso de genocídio promovido pelo regime soviético na Ucrânia entre os anos de 1932-1933, pode auxiliar o Ensino de História a elaborar relações teóricas sobre o período compreendido como totalitário na primeira metade do século XX. Busca-se com essa proposta facilitar caminhos investigativos para que professores, alunos, pesquisadores e produtores de livros didáticos reflitam sobre uma abordagem multiperspectivada da disciplina de história sobre o Totalitarismo e seus arquétipos na sequência da História. O resultado alcançado com a pesquisa é uma demonstração teórica de como o ensino sobre Totalitarismo pode variar seus percursos especulativos sobre a temática a partir das tramas sociais no Holodomor. Conclui-se que a apresentação do Holodomor enquanto marco da violência totalitária nos anos 1930 é um aporte de fundamentação para os estudos básicos e a pesquisa escolar em história sobre as práticas de terror pelo Estado totalitário no século XX.

Palavras-chaves: **Holodomor; Ensino de História; Totalitarismo.**

Introdução

Os regimes totalitários - Fascismo, Nazismo e Stalinismo – são conteúdos que integram o componente curricular História Geral na educação básica, dispostos na Base Nacional Comum-Curricular (BNCC) que organiza esse tema para o 9º ano do ensino fundamental e o 3º ano do ensino médio. A habilidade (EF09HI13), “descrever e contextualizar os processos da emergência do fascismo e do nazismo, a consolidação dos estados totalitários e as práticas de extermínio (como o holocausto)”, exorta essas diretrizes pedagógicas para a série do ensino fundamental. (BRASIL, 2018, p. 429). A apresentação do Totalitarismo nos conteúdos do ensino de história nesse documento reforça o pensamento ético no sentido formativo de fazer com que os alunos reflitam as regras do convívio social contemporâneo e busquem compreender o funcionamento dos regimes políticos e de comportamento humano na primeira metade do século XX, proporcionando uma dimensão histórica do progresso dos Direitos Humanos e do alcance da subjetividade centrada em sistemas democráticos sob o pensamento crítico contemporâneo à filosofia do coletivismo.

¹ Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. Graduando no curso de História. mauricio.silvalima@ufpe.br

² Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. Professor adjunto do Departamento de Fundamentos Sócio-filosóficos da Educação no Centro de Educação da UFPE. Paulo.juliao@ufpe.br

Os materiais didáticos que organizam esse tema apresentam à proposta curricular de identificar como se caracterizara o totalitarismo: pelo controle absoluto de um líder ou um partido na vida pública e privada, e descrever os elementos totalitários como o militarismo, a propaganda e o terror praticado por essas ditaduras. Para exemplificar esses casos, os livros didáticos de história, principais e mais viáveis recursos didáticos, expõem em seus textos, imagens e indicações recursos que ajudam o aluno compreender a conjuntura. Os capítulos voltados para o tema tratam do surgimento e auge desses regimes nas décadas de 1920 e 1930, no período entreguerras, no contexto da ruína da democracia liberal e do surgimento dos autoritarismos como alternativas ideológicas para o progresso das nações. Os estudantes, por fim, devem perceber como a retórica totalitária criou inimigos internos e do combate a esses grupos justificou-se a tomada de medidas radicalmente autoritárias contra raças, nacionalidades, grupos políticos e classes sociais.

Em uma análise da disposição com que a BNCC e os livros didáticos tratam a época totalitária para o ensino de história pode-se perceber a centralidade do Holocausto enquanto exemplo máximo de totalitarismo. Dada a sua importância para o entendimento do tema, o Holocausto se configura enquanto sinônimo da terminologia Totalitarismo, visto que o currículo nacional não apresenta outros casos totalitários e no senso comum poucas pessoas conseguiriam citar outro exemplo de experiência totalitária que não fosse o Holocausto judaico.

Com o objetivo de acentuar as diretrizes pedagógicas sobre o passado totalitário, esse estudo se delimita a trabalhar com uma experiência totalitária ocorrida na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas entre os anos de 1932 a 1933, popularizado na historiografia como Holodomor, ou Genocídio Ucrainiano, que se caracterizou como uma das grandes tragédias humanitárias ocorridas na Europa no século XX e que não está prescrita nos manuais escolares de história sobre esse gênero temático, como também no currículo da educação nacional.

Ao longo do texto se discutirá as contribuições teóricas a partir de autores que pensam sobre o Holodomor e se apresenta as possibilidades do uso desse evento enquanto recurso didático para o Ensino de História sobre Totalitarismo. A metodologia lançada mão para a confecção da pesquisa foi a análise da historiografia sobre o fato e a

avaliação dos conteúdos da BNCC sobre o que se ensina de época totalitária para as séries previstas na organização curricular desse documento.

O Holodomor enquanto um caso totalitário.

O acrônimo Holod (Extermínio) Mor (Fome), em ucraniano, é usado para descrever um genocídio usado como instrumento de controle político e social por Joseph Stalin (1878-1953) que resultou na morte de cerca de 3,9 milhões de vítimas ucranianas pelo fator da fome em massa (APPLEBAUM, 2019, p. 23), usada como arma de retaliação ao movimento nacionalista ucraniano, inimigo ideológico do bolchevismo nos anos 1920 e do stalinismo nos idos dos anos 1930, que perfez o genocídio através de uma engenharia social praticada pelo despotismo ditatorial.

Esse evento se deu em função da resistência dos camponeses às medidas de implantação da política de terras arrogada pelo Primeiro Plano Quinquenal de 1929 que consistia na coletivização dos meios de produção agrícola em toda URSS. A mudança econômica visava os seguintes objetivos:

[...] a apropriação pelo Estado soviético das terras, colheitas, gado e alfaias pertencentes aos camponeses. Dessa forma, o Estado passaria a estabelecer planos de coleta para a produção agropecuária, que lhe permitiam de modo regular e quase gratuito abastecer as cidades e as forças armadas, bem como exportar para o estrangeiro. Por outro lado, pretendia-se estabelecer um efetivo controle político-administrativo sobre o campesinato, forçando-o a apoiar o regime soviético. (FIGUEIREDO, 2014, pág. 76-77).

Milhões de seres humanos foram assassinados num processo industrial, numa linha de produção de morte, sendo o Holodomor um grande ensaio de violência coletiva efetuada pelo Estado Totalitário que antecede o Holocausto nazista e que provocou consequências similares para o século XX como a cifra de milhões de mortos e a migração em massa para dentro e fora da Europa. Segundo Hobsbawm, sobre a mortalidade no século XX, o mundo acostumou-se à expulsão e as matanças compulsórias em escala astronômica, fenômenos tão conhecidos que foi preciso inventar novas palavras para eles: “sem Estado” (apátridas) e “genocídio” (1995, p.57).

A fome forçada pelo Estado soviético que dizimou em curto espaço de tempo uma grande fração da população ucrânio-soviética, que corresponderia a treze por cento da população da República Popular da Ucrânia (APPLEBAUM. P. 15), é um fenômeno totalitário que marca uma diferença conceitual entre a “fome tradicional”, ou seja, a

fome ocasionada por fatores geográficos ou epidemiológicos, e a “fome artificial”, cujos fatores são induzidos e extrapolam as causas naturais e espontâneas, caracterizada pela manipulação social aos moldes de uma engenharia social arbitrária que culmina em genocídio.

A Fome Vermelha, a guerra de Stalin na Ucrânia é uma importante obra da historiadora Anne Applebaum que trata do Holodomor em específico e amplia os horizontes dos estudos históricos sobre o período soviético, especialmente sobre a etapa da expansão do socialismo no contexto do início da década de 1930, quando Stalin buscava implantar a coletivização dos minifúndios em todo o país após o Plano Quinquenal de 1929 e enfrentara uma oposição à política do Partido Comunista por parte do campesinato ucraniano - conservador e independentista. A obra espreia um novo paradigma para historiadores contemporâneos, sobretudo os da “sovietologia”, pela abordagem que faz do período entreguerras a partir do recorte temático de um genocídio provocado por uma agenda política de escalada autoritária que se intensificou após a resistência ucraniana ao planejamento econômico do Partido Comunista da União Soviética para a produção agrícola.

A mesma autora constrói a genealogia da historicidade desse evento remetendo as origens das agressões antinacionalistas à Rússia imperial que resguardava sobre seu vasto território as nacionalidades eslavas subjugando seus domínios ao julgo imperial. Após a desestabilização do Império, a Ucrânia viu na oportunidade da queda do regime czarista uma brecha para sua independência e assim participou dos acontecimentos que levaram a derrocada dos Romanov em 1917. Após a Revolução Russa a independência adveio, mas por prazo. A agenda bolchevique de construção de um socialismo sólido exigiu o abandono das teses de Lenin para a emancipação das nacionalidades – fator decisivo para o fim do Império Russo. O movimento nacionalista ucraniano rivalizou com o bolchevismo sobre os planos para o seu destino político no período da Guerra Civil Russa e durante os anos 1930 será alvo da retaliação de Stalin pela resistência aos planos da política econômica.

Em 1932 após o fiasco da coletivização na Ucrânia, o governo central empreende um golpe impiedoso contra o que se julgava ser a sabotagem organizada pelos camponeses contra a política do Partido. Como meio de retaliar a insubordinação ucraniana foi criada uma Comissão de Aproveitamento de Pão com o objetivo de fiscalizar o cumprimento de dois terços de toda produção de grãos em forma de imposto ao Estado o que acentuou a fome da população e gerou o morticínio desregulado. Ao

invés de recorrer com ajuda à população que sofria os revezes daquele estado de calamidade, Stalin intensificou a retaliação criando um sistema de passaporte interno que proibia a migração para outras regiões do país, pois era necessário que se apresentasse o visto autorizado pelo soviete da vila (DOLOT, p. 254-255). O alto nível de mortalidade alcançara vítimas até 1933 depois de o regime stalinista ter concluído sua política de coletivização forçada.

Contribuições didáticas do Holodomor para uma contextualização totalitária.

Bodo Von Borries (2019) aponta para a tendência historiográfica da monoperspectividade que ele também vai chamar de cânone histórico e da necessidade dos historiadores e dos currículos escolares adotarem uma leitura multiperspectivada do conhecimento histórico:

Em História, a aprendizagem é orientada para uma leitura contextualizada do passado a partir da evidência fornecida por variadíssimas fontes. A História não trata de certezas sobre um passado considerado fixo até que novos factos sejam descobertos; existem construções historiográficas diferentes, por vezes a responder a perguntas muito próximas, mas com enfoques diferentes. Numa sociedade aberta, torna-se cada vez mais óbvia esta característica da História – a de que não se aceita apenas “uma grande narrativa” acerca do passado – já que os historiadores podem produzir narrativas divergentes, fruto de perspectivas diferenciadas sobre as mesmas fontes ou situações. (p. 95)

As fontes que tratam do evento em questão surgem, sobretudo, após a década de 1990 quando acontece a abertura dos arquivos soviéticos para pesquisadores do mundo todo e o consequente esclarecimento sobre a conjuntura que deu origem ao Genocídio a partir de pesquisas documentais e bibliográficas, impulsionadas por uma nova geração de historiadores, jornalistas e arquivistas. A independência da Ucrânia, primeiro país do bloco socialista a oficializar a secessão, permitiu a partir de seus arquivos oficiais que o país desse status de narrativa expressa à historicidade do genocídio que foi silenciado pelas autoridades soviéticas ao longo da existência do sistema socialista.

A promoção desse evento histórico enquanto um caso de genocídio vem ganhando repercussão na história pública, nas mídias sociais (o filme premiado Mr. Jones (2019) trata da história do jornalista galês Gareth Jones que reportou o caso em sua viagem para a União Soviética em 1933) e nos debates geopolíticos a partir dos

litígios diplomáticos entre a Ucrânia e a Rússia decorrente da anexação da Península da Criméia à Federação Russa em 2014, que serve de argumento histórico ucraniano em acusação ao colonialismo russo que desde a época imperial já adota uma relação paternalista no jugo pan-eslavista. O Holodomor, por tanto, é colocado em evidência nas reconsiderações sobre a leitura do passado, sobretudo a partir da sua impulsão nas academias com trabalhos científicos para tratar do caso que já começam a dar os primeiros passos (APPLEBAUM, págs. 25-27), tendo as academias americana e canadense como fortes propulsoras dos estudos envolvendo o Genocídio Ucraniano.

As narrativas historiográficas em torno do evento a partir dessas pesquisas desfiam que o regime stalinista promoveu na Ucrânia uma das grandes tragédias humanitárias que atingiu a Europa no século XX. A popularização do acontecimento perpassa pela conceituação jurídica do caso como Genocídio (UNESCO, 2007), (PARLAMENTO EUROPEU, 2008), (FRANCO, 2012, p. 203-207), que se constitui pela cifra de 3,9 milhões de mortes resultantes desse período de violência de Estado. Ao decorrer das últimas décadas o caso ganhou notoriedade e reconhecimentos de academias e Estados mundo afora como uma etapa da escalada autoritária do regime stalinista.

Genocídio, categoria sociológica usada por (APPLEBAUM, 2019) para descrever os casos de abuso de poder russo na Ucrânia entre 1932 e 1933 é um termo também criado na mesma época por Raphael Lenkim, um advogado polonês, que entrou para o jargão jurídico do século XX e é definido segundo o Dicionário Oxford Languages como “extermínio, parcial ou total, de uma comunidade, grupo étnico, racial ou religioso”. A utilização desse termo pela autora é explicada por fundamentações históricas: a mortalidade produzida no Genocídio Ucraniano teve como precedente toda uma política de centralismo e de controle cultural que fez do evento uma tentativa de destruição de um povo e sua cultura como fatores de ameaça a soberania do Estado totalitário. A mesma autora salienta a argumentação de que nominalmente o Holodomor teria sido o “primeiro” genocídio da História, já que a partir dele é que Lenkim pôde ter formulado sua conceituação de uma palavra que hoje é dicionarizada no vocabulário historiográfico e político, sobretudo após o Holocausto e a Segunda Guerra Mundial.

Para (TAMANINI, 2019), a descrição do caso não deixa de se interseccionar com outros eventos da época:

A cifra de mortalidade na Grande Fome soviética instiga muitos pesquisadores a associar este acontecimento com outras tragédias que ocorreram na época, como a agressão mortal germano-soviética às classes cultas polonesas entre 1939 e 1941; ou aos três milhões de prisioneiros soviéticos que foram entregues à morte por fome pelos alemães; ou às centenas de milhares de civis mortos nas represálias nazistas e enfim o Holocausto. (TAMANINI, 2019. p. 170).

É fundamental perceber a partir do genocídio como a retórica totalitária criou inimigos internos e do combate a esses grupos justificou-se a tomada de medidas radicalmente violentas na União Soviética, a exemplo do que Stalin praticou contra os ucranianos. A caracterização do Holodomor enquanto um acontecimento marcado pela perseguição de um sistema contra uma cultura, um povo, uma língua nos dá aparato para pensar no caso em uma perspectiva de situar a perseguição às minorias, própria do período totalitário, como se empregou contra ciganos, judeus e comunistas. Faz-se necessário estabelecer as similaridades que coadunam na caracterização da época entre as experiências autoritárias, apesar de todas as diferenças ideológicas que nazi-fascismo e comunismo alheavam, mas que se compõem na terminologia sociológica Totalitarismo que aproxima os dois sistemas por suas políticas com finalidades arbitrárias e com fins de controle e extermínio.

Debater aqui neste artigo a primazia do Holodomor para se entender o processo como se constituiu a historicidade do Totalitarismo, até por ser um dos grandes ensaios de violência imprescindível no estudo sobre os regimes totalitários no ensino básico, é reorientar a nossa compreensão sobre esse determinado período. Ampliar os horizontes dos estudos sobre a época totalitária a partir do Holodomor, não quer dizer que estaremos integralizando o estudo sobre a época, mas tão somente lançando mão de uma nova perspectiva que aponta para a compreensão do século XX numa etapa muito marcante da história soviética, já que, como demonstrado, é senso comum associar o significado de Totalitarismo com Holocausto e isso se deve a unilateralidade com que nossos currículos e materiais didáticos moldam o ensino sobre essa categoria histórica.

A proposição do Holodomor enquanto um acontecimento que marca a história do século XX reforça o sentido da importância da inserção desse evento no ensino de História. Essa importância deriva das consequências do Holodomor para o processo histórico do período entreguerras e as possíveis contribuições subtemáticas para o ensino sobre aquele interregno da história soviética tais quais a migração/diáspora de

eslavos para dentro e fora do continente europeu (PRADO, 2017)³, a fome como arma política na contemporaneidade, a violência de Estado, a violação de direitos humanos, o Stalinismo, a construção do socialismo nos anos 1930 a partir da coletivização dos minifúndios, a coletivização agrícola no desenvolvimento econômico da indústria soviética e outras possibilidades didáticas a ele associado, como a explanação do processo de evolução histórica até a conquista dos Direitos Humanos.

Os fins que todas essas colaborações podem contribuir são identificar como o uso desse evento em sala de aula pode trazer a criticidade sobre o a caracterização do que é totalitarismo, percebendo que existem casos outros e que ajudam a pensar na relação teórica entre os três Estados totalitários que marcaram aquela época, explanando uma sucessão de fatos que articulem o pensamento histórico ao desenvolvimento da reflexão crítica em torno do coletivismo e autoritarismo.

Também é mister entender como a didática do Holodomor como experiência de violência coletiva também perfaz os rumos da história para explicar a subsequente caracterização de fatos na União Soviética, servindo também como experiência ensaística que abriria caminho para novas práticas autoritárias, segundo considera Figueiredo (2014,76-77):

Com o seu cortejo de violências, de torturas e de chacinas pela fome, o Holodomor constituiu uma enorme regressão civilizacional. Assistiu-se à proliferação de déspotas locais, dispostos a tudo, para extorquir aos camponeses as suas escassas reservas alimentares e à banalização da barbárie, que se traduziu em rugas, abusos de autoridade, banditismo, abandono infantil, "barracas da morte", canibalismo e agravamento das tensões entre a população rural e a urbana. A "arma da fome esmagou a resistência camponesa", garantindo a vitória de Stálin e do seu regime totalitário; abriu o caminho para a vaga de terror de 1937-1938 (o "Grande Terror"); O fato deixou um legado de dor em numerosas famílias que nunca tiveram direito a expressar o luto, porque a fome se converteu em segredo de Estado.

O fato vai ser marcante para o fortalecimento do regime stalinista que produziu durante os anos de poder autoritário as devassas que caracterizam esse recorte da

³ O autor vai tratar na sua tese dos movimentos migratórios para o Brasil a partir do desdobramento do fato que provocou a ocupação de comunidades ucranianas em algumas cidades dos estados da região sul. As fontes da pesquisa são os relatos orais de testemunhas oculares e familiares das vítimas e as matérias do Prácia, um jornal da ordem de São Basílio Magno que atualizava a população sobre os revezes do genocídio no país.

histórica contemporânea como um exemplo de perseguição à humanidade e tudo aquilo que dela deriva como a perseguição a classes, grupos políticos e etnias.

Como exposto, é primordial reconsiderar nosso passado imediato, o século XX, e nele reconhecer os eventos que mudaram o mundo e os rumos da história do tempo presente, sobretudo finais desse mesmo século e primeiras duas décadas do século XXI. Os autores do campo da “soviologia” têm com suas pesquisas grandes contribuições teóricas que nos fazem percorrer caminhos investigativos sobre os regimes de poder totalitários que apontam para um novo vigor nos estudos históricos, inclusive o escolar, de atualizar seu repertório sobre história a soviética stalinista e suas facetas na época totalitária.

Conclusão

Tomando emprestada a consideração de Borries (2019) de que 99,99% do passado caem em esquecimento, faz-se a seguinte pergunta: o quanto de responsabilidade tem os historiadores e os currículos escolares de assegurar o direito das pessoas ao conhecimento do passado? Ainda um segundo questionamento: o que viria a ser História Geral já que a generalidade dos acontecimentos do tempo progresso da humanidade não são totalmente elucidados no tempo presente, como incorporam os materiais didáticos que selecionam os temas mais importantes a serem ensinados?

A história é necessariamente e altamente seletiva; 99,99% de todos os eventos passados, situações e estruturas são esquecidas sem alguma relíquia preservada. Adicionalmente, 99,99% das informações históricas que estão bem documentadas tiveram que ser deixadas de lado (ainda no caso de estudos muito especializados). (BORRIES, 2019. p.13)

No entanto, a seletividade da História que credencia alguns acontecimentos como representativos e explicativos de uma época vem sofrendo um processo de mudança no paradigma historiográfico, redesenhando os percursos com que historiadores trabalham com eventos e períodos a partir das múltiplas temáticas que auxiliam estudar o passado com mais recursos e novas abordagens. Os efeitos desses novos meandros também se fazem sentir nos estudos históricos na educação básica. O termo História Geral assume no vocabulário científico ares de uma história generalizada, mas como já sabemos isso é um problema de definição. As pesquisas historiográficas nos subsidiam com exemplos de que as diversas narrativas com certo

grau de validade, obedecido ao estatuto científico da disciplina, asseguram uma visão multiglobalizada do passado a partir de suas facetas como, por exemplo, se tem variações narrativas a partir do relativismo cultural nos livros de história sobre a Guerra do Paraguai contada entre os brasileiros e as diferenças conceituais na versão paraguaia.

Uma visão global do conhecimento histórico é uma ilusão, embora uma generalização. Isso é teoricamente impossível também, porque nós não precisamos de uma “visão global”, mas várias delas (uma feminista, uma liberal, uma socialista, uma ecológica, etc., versões da história global) e uma comparação crítica entre elas. (BORRIES, 2019. P. 22).

Propor o estudo do Holodomor como um acontecimento que marca a década de 1930 é antagonizar historiograficamente esta década e todo o debate sobre ela no que se tem entendido ser a História Geral, retrçando a historicidade do regime Stalinista, assim como apresentar o ano de 1932 como o marco histórico da violência totalitária que antecede a violência nos campos de concentração nos idos de 1940. Considerar o Holodomor é revisar os anos 1930 e 1940 sem com isto negar a importância dos seus fatos consolidados, apenas trazer para a História ciência e história escolar uma nova abordagem sobre a consideração histórica que se faz dessa época.

Por tanto, trazer para o campo de discussão o processo totalitário que se desenvolveu na Europa no século XX sob o prisma de um genocídio desastroso para uma minoria feita bode-expiatório para dar vazão ao discurso de ódio e a prática autoritária é enriquecer de pistas o caminho teórico com que alunos e professores, pela facilitação dos produtores de livros didáticos, possam formar o conhecimento histórico a partir da consciência dos vários exemplos de tragédia social que perpez essa época como o cemitério da Democracia, tomando especialmente o Holodomor como um indicativo para se pensar tamanha magnitude de terror ainda no início dos anos 1930.

Referências bibliográficas

APPLEBAUM, Anne. A fome vermelha: A guerra de Stalin na Ucrânia. 1º ed.- Rio de Janeiro: Editora Record, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BORRIES, Bodo von. Revista Ibero-Americana de Educação Histórica, Curitiba, v. 2, n.1, jan./jun. 2019.

FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. **Lições de Direito Econômico**. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos - O Breve Século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PARLAMENTO EUROPEU. Resolução RC-B6-0571/2008 de 23 de Outubro de 2008. *Sobre a comemoração do Holodomor, a fome artificial na Ucrânia (1932 -1933)*.

Acessível em:
<<https://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?type=TA&reference=P6-TA-2008-0523&language=PT>> (acesso em 23/10/2020).

PRADO, Anderson. **O jornal ucraniano-brasileiro Prácia: Prudentópolis e a repercussão do Holodomor (1932-1933)**. 2017. Dissertação (mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Rio dos Sinos - UNISINOS. São Leopoldo, 2017.

UNESCO. Parágrafo 12.1 do Regulamento da Conferência Geral. *Homenagem às vítimas da Grande Fome (Holodomor) na Ucrânia*. 34º Conferência Geral. Paris, 2007.

Disponível em:
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000153838_spa?posInSet=2&queryId=94c9aa2b-f0ba-4cd9-a0a3-ab6cba41309a> (acesso em 26/10/2020).

TAMANINI, Paulo Augusto. O Holodomor e a memória da fome dos ucranianos (1931-1933): o ressentimentos na História. Projeto História; Vol. 64, (2019)